

Informativo comentado: Informativo 1195-STF (**RESUMIDO**)

Márcio André Lopes Cavalcante

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS > EDUCAÇÃO

Leis municipais que proíbem a discussão de questões de gênero e orientação sexual nas escolas são inconstitucionais

Importante!!!

ODS 4, 5, 8, 10 E 16

São inconstitucionais leis municipais que proíbem a abordagem de temas relacionados a questões de gênero ou orientação sexual nas escolas.

Essas leis municipais são inconstitucionais por:

1) usurparem a competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, CF/88); e

2) por violarem preceitos fundamentais relacionados:

- à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88);
- ao objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária, e da promoção do bem de todos (art. 3º, I e IV, CF/88);
- ao direito à igualdade, inclusive de gênero (art. 5º, caput, CF/88);
- à vedação de censura em atividades culturais (art. 5º, IX, CF/88);
- ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e
- ao direito de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (arts. 205 e 206, II e III, CF/88).

STF. Plenário. ADPF 466/SC, Rel. Min. Rosa Weber, redator do acórdão Min. Nunes Marques, julgado em 16/10/2025 (Info 1195)

STF. Plenário. ADPF 522/PE, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Cristiano Zanin, julgado em 16/10/2025 (Info 1195).

PROCESSO LEGISLATIVO

Constituição estadual não pode exigir lei complementar para matérias que a Constituição Federal regula por meio de lei ordinária, sob pena de violar os princípios da simetria, democrático e da separação dos poderes

Importante!!!

ODS 16

É inconstitucional — pois configura óbice procedimental que restringe indevidamente o arranjo democrático-representativo desenhado pela Constituição Federal — norma de constituição estadual que prevê hipóteses de matérias reservadas à edição de lei complementar que não guardam simetria com o texto constitucional de 1988.

As Constituições estaduais devem observar o princípio da simetria em relação às normas de processo legislativo da Constituição Federal. Isso significa que a Constituição Estadual só pode exigir lei complementar quando a Constituição Federal também exige.

Caso concreto: a CE/SP exigiu lei complementar para tratar das seguintes matérias: Lei de Organização Judiciária; Lei Orgânica da Polícia Civil; Lei Orgânica da Polícia Militar; Lei Orgânica do Tribunal de Contas; Lei Orgânica das Entidades Descentralizadas; Lei Orgânica do Fisco Estadual; Estatutos dos Servidores Cíveis e dos Militares; Código de Educação; Código de Saúde; Código de Saneamento Básico; Código de Proteção ao Meio Ambiente; e Código Estadual de Proteção contra Incêndios e Emergências.

O STF decidiu que a Constituição Estadual não pode exigir lei complementar para tratar sobre essas matérias. Esses assuntos devem ser disciplinados por lei ordinária.

Vale ressaltar, contudo, que as leis complementares aprovadas com base nesses itens foram declaradas constitucionais. Essas leis complementares continuam válidas, mas passam a ser consideradas materialmente ordinárias, podendo ser alteradas ou revogadas por maioria simples, e não mais por maioria absoluta.

STF. Plenário. ADI 7.436/SP, Rel. Min. André Mendonça, julgado em 15/10/2025 (Info 1195).

PODER JUDICIÁRIO

É constitucional a Resolução 106/2010, do CNJ, que estabelece critérios para a promoção de magistrados por merecimento e para o acesso aos tribunais de segundo grau

ODS 8 E 16

São constitucionais — pois promovem a segurança jurídica, a celeridade processual e a eficiência administrativa sem violar a independência judicial ou o princípio da isonomia — normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelecem diversos critérios para a promoção por merecimento de magistrados, exceto quando o critério associa a avaliação do mérito do juiz a fato dependente da vontade das partes e alheio à capacidade de trabalho do magistrado.

STF. Plenário. ADI 4.510/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 20/10/2025 (Info 1195).

DIREITO ADMINISTRATIVO

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O art. 2º, I, da Lei 11.101/2005 prevê que as empresas públicas e sociedades de economia mista não se submetem à falência e recuperação judicial; esse dispositivo é constitucional

Lei nº 11.101/2005: Art. 2º Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista;

Tese fixada: É constitucional o art. 2º, I, da Lei nº 11.101/2005 quanto à inaplicabilidade do regime falimentar às empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que desempenhem atividades em regime de concorrência com a iniciativa privada, em razão do eminente interesse público/coletivo na sua criação e da necessidade de observância do princípio do paralelismo das formas.

STF. Plenário. RE 1.249.945/MG, Rel. Min. Flávio Dino, julgado em 20/10/2025 (Repercussão Geral – Tema 1.101) (Info 1195).

SERVIDORES PÚBLICOS

É constitucional lei estadual que determina a incorporação de gratificação criada por resolução aos vencimentos de servidores que desempenham atribuições funcionais específicas e receberam o benefício de forma ininterrupta por um período mínimo

ODS 16

Caso concreto: a Resolução nº 1.041/2000 da Assembleia Legislativa de Goiás criou a Gratificação de Risco de Vida para agentes legislativos que atuavam na segurança. Essa Resolução tinha um vício formal porque o art. 37, X, da CF/88 exige que qualquer fixação ou alteração remuneratória seja feita por lei específica. Vale ressaltar, contudo, que a Resolução vigorou normalmente até 2006, quando ela foi revogada pela Resolução nº 1.207/2006.

No mês seguinte, foi aprovada a Lei estadual nº 15.697/2006 que incorporou, de forma permanente, a gratificação aos vencimentos dos agentes legislativos que a tivessem recebido por pelo menos cinco anos ininterruptos. Assim, embora a gratificação tivesse sido extinta, os servidores que preenchiam o requisito temporal continuaram recebendo o valor incorporado de forma definitiva.

Foi proposta ADI contra essa lei, alegando vícios formal e material: a suposta convalidação de uma gratificação criada irregularmente e a quebra de isonomia entre carreiras.

O STF não acolheu esses argumentos e declarou a lei constitucional.

A norma não padece de vício formal, pois trata da incorporação da gratificação já revogada, sem convalidar a resolução que a instituiu. Não há ofensa aos princípios da moralidade administrativa nem burla à regra do concurso público, uma vez que a incorporação não altera os requisitos para ingresso no cargo, mas apenas reconhece a situação jurídica consolidada daqueles que exerceram atividades com risco à vida por período prolongado, sob a égide de norma então vigente.

A lei também é compatível com os princípios da isonomia, da impessoalidade e do concurso público, pois se trata de compensação específica pelas condições perigosas do trabalho, devida apenas aos que exerceram a função por, no mínimo, cinco anos durante o período de vigência da norma.

STF. Plenário. ADI 4.285/GO, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 20/10/2025 (Info 1195).

SERVIDORES PÚBLICOS

Lei estadual pode conceder reajuste em percentual maior para os Delegados do que para as demais carreiras da polícia civil; a lei também pode determinar o regime de subsídio unicamente para os Delegados, sem abranger as demais carreiras da polícia

ODS 16

É constitucional a fixação de índices diferenciados de reajuste de vencimentos entre carreiras da Polícia Civil de níveis distintos, desde que observados os princípios do art. 39, § 1º, da Constituição Federal.

É válida a implementação do regime de subsídio, em parcela única, apenas para a carreira de Delegado de Polícia, desde que respeitada a isonomia.

A aprovação de uma lei em um único dia, em regime de urgência, não gera vício formal, desde que o procedimento adotado esteja previsto no regimento interno da Assembleia Legislativa. A definição da urgência e da celeridade da votação é matéria *interna corporis*, salvo violação direta e evidente da Constituição.

A republicação da lei para corrigir erro material é válida e não exige novo processo legislativo, desde que não altere o conteúdo jurídico da norma.

STF. Plenário. ADI 4.921/RR, Rel. Min. Nunes Marques, julgado em 20/10/2025 (Info 1195).

DIREITO TRIBUTÁRIO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

Pessoas jurídicas que usufruem de benefícios fiscais devem informar à Receita Federal, por meio de declaração eletrônica simplificada, os incentivos tributários utilizados e o valor correspondente, sob pena de multa (os arts. 43 e 44 da Lei 14.973/2024 são constitucionais)

ODS 16

Caso concreto: os arts. 43 e 44 da Lei nº 14.973/2024 estabeleceram obrigações para empresas que utilizam benefícios fiscais, exigindo que informem eletronicamente à Receita Federal, por meio da DIRBI, quais incentivos utilizam e o valor do crédito tributário correspondente. Também condicionou o acesso e a manutenção desses benefícios à regularidade fiscal, cadastral, adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico e ausência de condenações por crimes como corrupção. O descumprimento dessas obrigações gera multas proporcionais ao faturamento ou ao valor omitido, limitadas a 30% do benefício fiscal.

O STF decidiu que esses artigos são constitucionais.

A exigência de declaração eletrônica simplificada sobre benefícios fiscais usufruídos não viola os princípios da simplicidade tributária, razoabilidade e proporcionalidade, pois contribui para transparência fiscal, eficiência na fiscalização e controle de políticas públicas.

A condição de regularidade tributária para concessão de benefícios fiscais não ofende os direitos de petição e acesso ao Judiciário, pois apenas reuniu requisitos gerais já existentes na legislação e não cria obstáculo para discussão administrativa ou judicial de exigências tributárias.

As multas previstas pela inobservância da obrigação acessória são proporcionais e razoáveis, respeitando os parâmetros de controle jurisprudencial sobre penalidades tributárias.

A obrigatoriedade pode abranger microempresas e empresas de pequeno porte, desde que respeitadas as normas gerais da LC nº 123/2006, devendo a Receita Federal observá-las na regulamentação da exigência.

STF. Plenário. ADI 7.765/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 20/10/2025 (Info 1195).

DIREITO DO TRABALHO / PROCESSO DO TRABALHO

PROCESSO COLETIVO

Condenações em ações civis públicas trabalhistas por danos transindividuais devem ser destinadas prioritariamente ao FDD ou FAT, vedado o contingenciamento desses recursos

ODS 16

As condenações em ações civis públicas trabalhistas por danos transindividuais devem ser direcionadas para o FDD (Fundo dos Direitos Difusos) ou para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Excepcionalmente e de forma motivada, admite-se a destinação para outros entes públicos ou privados sem fins lucrativos, desde que observados os critérios previstos na Resolução Conjunta nº 10/2024 do CNJ e CNMP, especialmente quanto à pertinência com o dano, à transparência, à fiscalização e à prestação de contas.

Os fundos devem individualizar (com transparência e rastreabilidade) os valores recebidos a partir de decisões em ações civis públicas trabalhistas (ou em acordos) e esses valores devem ser aplicados exclusivamente em programas e projetos relacionados à proteção de direitos dos trabalhadores.

Os recursos existentes e futuros no FDD ou no FAT provenientes de condenações ou acordos em ações civis públicas trabalhistas não poderão ser objeto de qualquer espécie de contingenciamento, com efeito *ex tunc*.

STF. Plenário. ADPF 944 MC-Ref/DF, Rel. Min. Flávio Dino, julgado em 16/10/2025 (Info 1195).